

OS GRUPOS DE CENTROS E DIRETÓRIOS ACADÊMICOS DA UNESP/ARARAQUARA FRENTE AO USO DA MACONHA

Aline PEDRO¹

RESUMO: Ancorado na dissertação de Mestrado sobre a consciência de grupos de Centro e Diretórios Acadêmicos da Unesp em Araraquara sobre a ilegalidade da maconha, este artigo discute como esses jovens compreendem e se colocam frente ao status da planta. Os conceitos gramscianos de **senso comum** e **bom senso** nos serviram de referências fundamentais, possibilitando-nos verificar a formação da consciência dos grupos através da interlocução de suas experiências cotidianas com as concepções existentes sobre a planta e seu *status*. Em geral, suas compreensões sobre a planta e as dinâmicas envolvidas em seu *status* ilegal apareceram de forma fragmentada, revelando a ausência de intervenções da maioria dos grupos junto à comunidade acadêmica, principalmente, por considerarem essa questão uma esfera de âmbito individual. Deparamo-nos com um contexto da ausência de subjetividades voltadas às responsabilidades coletivas para o enfrentamento cultural e político à criminalização da maconha. O desamparo simbólico e estrutural da sociedade de consumo somado à ideologia disseminada pelas políticas proibicionistas, situam como os aspectos centrais nas compreensões dos grupos estudados sobre os problemas envoltos à criminalização da maconha.

PALAVRAS-CHAVES: Consciência. Grupos de Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos. Maconha.

ABSTRACT: *This article discusses the attitude of students engaged in student unions at UNESP - Campus Araraquara towards the legalization of Cannabis Sativa, known as marijuana. This is a version of the dissertation on the subject, based on Gramsci's theory of common sense, as a fundamental reference to study the formation of consciousness of these groups of students. This study focuses on the everyday experience, as well as conceptions about this plant and its use. The dynamics related to the illegal status appear fragmented, showing absence of comprehensive synthesis in most of the groups in the university community, who consider it as a personal matter. There is a context of weak formation of subjectivity towards collective-social responsibilities for the cultural and political debate of themes such as marijuana legalization. The symbolic*

¹ Mestre em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara – SP - Brasil. 14.800-901 - aline_pedro@hotmail.com

and structural helplessness of the consumer society, along with prohibitionist policies are the central aspects to understand the groups analysed.

KEYWORDS: *Group consciousness. Use of drugs. Collective responsibility. Marijuana.*

Apresentação

Ampliar as discussões sobre juventude e drogas e dar voz a sujeitos que sempre estiveram às margens dessa questão torna-se extremamente relevante tanto no que se refere à escassa abordagem da temática realizada pela Sociologia quanto ao que concerne às dinâmicas sociais decorrentes da criminalização de substâncias.

Esse artigo busca discutir a compreensão de grupos de referência política e cultural na universidade frente às questões relacionadas à ilegalidade da maconha. Nossas reflexões tomam como referência a Dissertação de Mestrado sobre a consciência de grupos de Centros e Diretórios Acadêmicos sobre o status ilícito da planta, defendida no ano de 2009 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCLAr, de minha autoria.

O conceito de “consciência” do filósofo italiano Antonio Gramsci (2006) serviu como referência central para nosso estudo, indicando a atualidade de seu pensamento sobre as complexas dinâmicas sociais.

Gramsci, ao pensar na possibilidade de emancipação social e política das classes subalternas, refletiu sobre os caminhos à efetivação da “filosofia da práxis” e de uma sociedade socialista. Nessa perspectiva, elucidou que a formação de uma “nova civilização”, pode ocorrer dada a constituição de uma *consciência* histórico-crítica sobre os processos de dominação, servindo de instrumento à ampliação de determinadas *concepções de mundo*, formando subjetividades críticas que rompem com a neutralização de aspirações, possibilitando às classes subalternas lutarem pela *hegemonia*².

Segundo o filósofo, a subjetividade e a **consciência** – essa reconhecida como **senso comum** ou **senso crítico** – colocam-se como dimensões fundamentais na determinação desse processo. Gramsci (2006, p.115) acentua o **senso comum** como concepções diversas, não-

² Amparado em Marx, o pensador concebe a hegemonia primeiramente como conquista do direcionamento cultural e ideológico, decorrente de uma reforma intelectual e moral que possibilita a formação e manutenção de um **bloco-histórico**, caracterizado pela convergência de afinidades culturais e ideológicas. Para o pensador, esse processo torna-se fundamental à emergência de uma vontade coletiva entre as classes subalternas que pretendem o direcionamento político, visando à criação de um novo sistema social. Dessa forma, a hegemonia se consolida como direção moral e política de um grupo quando toma o poder e representa aspecto central nas formulações de Antonio Gramsci sobre o Estado e a Sociedade Civil.

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

unitária, que se mantém no tempo e no espaço, constituindo-se enquanto concepções práticas, fragmentadas, e por vezes contraditórias, formando uma série de compreensões imediatas do mundo. Porém, o autor indica que, ao se distanciar de uma filosofia vulgar, a consciência pode indicar o início de sua passagem no alcance de seu “núcleo sadio”. Nesse processo, transforma-se em **consciência crítica** ao atingir uma forma unitária e coerente, capaz de formar um novo senso comum e uma nova unidade cultural com a mesma solidez das crenças tradicionais, culminando na união entre filosofia e práxis.

Nessa perspectiva, enfatiza que o estudo dos grupos subalternos³ deve ser referência metodológica para análise de todas as questões relacionadas à formação da consciência, pois representam as principais referências das manifestações subjetivas, culturais e políticas de cada um de seus integrantes (GRAMSCI, 2002, 2006).

À suporte desses referenciais, trouxemos a importante contribuição do conceito de **experiência**, do historiador marxista Edward Thompson (1981) por considerá-la mediação central na formação da consciência dos sujeitos. Para o pensador, as experiências partilhadas são geradas em meio a relações sociais diversas, estabelecendo um elo entre matéria, pensamento e cultura, pressupondo um diálogo contínuo entre o “ser social” e a “consciência social existente”.

Seguindo esse horizonte teórico, reconhecemos a consciência de nossos sujeitos sobre as questões envolvidas na ilegalidade da maconha, inicialmente, através de uma abordagem histórico-crítica do processo de intervenção ao uso da substância nos âmbitos internacional e nacional.

Vimos que a maconha possui amplos registros de utilização e difusão nas práticas terapêuticas e rituais religiosos de povos milenares.⁴ Entretanto, essas práticas tradicionais começaram a se modificar e se ampliar durante o avanço das relações mercantilistas. No final do século XIX, a aliança entre o puritanismo e o terapeutismo, em um amplo combate internacional contra o uso de álcool e outros psicoativos, liderado pelos Estados Unidos, na intenção de controlar a propagação desses usos, marca a emergência do processo de criminalização de vários psicoativos, dentre eles a maconha.

No século XX, a confluência de elementos culturais, políticos e econômicos legitima as políticas hegemônicas proibicionistas através “Convenções Internacionais sobre Substâncias Psicotrópicas”. Dentre elas a *Convenção Única de Entorpecentes da ONU de 1961* teve maior destaque, pois seus participantes ampliaram as listas de psicoativos proibidos, incluindo a maconha na mesma lista que a heroína⁵.

³ Antonio Gramsci (2002) considera subalternos todos os grupos sociais que se encontram excluídos de determinado direcionamento político-cultural realizados por grupos governantes. Tomamos essas indicações metodológicas no estudo da consciência dos grupos de CAs e DAs, uma vez que se encontram às margens das políticas sobre drogas instituídas pelos grupos dominantes.

⁴ Confira ESCOHOTADO, 1996, p.15; CARNEIRO, 2005, p.71.

⁵ A maconha, em especial, constituiu um marco controverso dessa classificação, pois foi incluída em duas listas de substâncias, vigentes até o momento: está presente na “Lista

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

Esse processo culminou na implantação de políticas sobre drogas no Brasil, estruturadas sob o foco das concepções médico-jurídicas que disseminou a associação dos efeitos do consumo da maconha à agressividade, à loucura, à prática de crimes, dentre outros, transmitindo uma imagem estigmatizada e preconceituosa de seus usuários. Posteriormente, sob o enfoque de críticas a essas justificativas, a criminalização passa a figurar sob os argumentos de preservação da Saúde Pública.

As questões voltadas a ilicitude da maconha é compreendida e disseminada no senso comum através de uma concepção médico-científica dominante, que pauta seus efeitos⁶ apenas nos aspectos farmacológicos da planta, defendendo a abstinência como meio de evitar os riscos associados ao consumo.

Entretanto o polêmico debate entre os especialistas a respeito da manutenção dessas concepções evidenciam a emergência de contextos que sinalizam tentativas de ruptura e enfrentamento das políticas hegemônicas sobre drogas.

Nas últimas décadas emergem grupos e pesquisadores de áreas de conhecimento diversos que indicam que os efeitos do uso da maconha não dependem apenas dos aspectos farmacológicos da planta, mas do contexto psicossocial em que os usuários se encontram. Na mesma linha defendem uma abordagem multidisciplinar sobre alternativas de descriminalização, uma vez a que prática ilícita de sua venda e consumo produzem dinâmicas desastrosas na contemporaneidade.

Efetuada essa etapa da pesquisa identificamos como sujeitos de nosso estudo os grupos eleitos ao final do semestre de 2007, para gerir, no período de um ano, os Centros e Diretórios Acadêmicos do instituto e das três faculdades da UNESP, em Araraquara.

No Instituto de Química (IC), estudamos o grupo que compunha o Diretório Acadêmico (DA) "Prof. Waldemar Saffioti" (DAWS). Na Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), abordamos o grupo do Centro Acadêmico (CA) de Ciências Farmacêuticas (CACIF) e na Faculdade de

I", juntamente com a morfina, fentanil, coca, cocaína, entre outros psicoativos considerados fortes indutores à dependência, com a produção severamente controlada, reservada somente ao uso da medicina; e também classificada na "Lista IV", juntamente com a heroína, por ser considerada uma substância particularmente perigosa, com proibição até mesmo para tratamento terapêutico (PEDRO, 2009, p. 31).

⁶ Entre os especialistas, verificamos consenso sobre aos efeitos agudos que o consumo da maconha provoca: boca seca, dilatação das pupilas, aumento da pressão arterial, indução a dificuldades na capacidade de discriminar intervalos de tempo e distâncias espaciais, interferência na memória de curto prazo e na execução e de atividades de raciocínio. A planta pode desencadear quadros de esquizofrenia em usuários que possuem predisposição à doença (CARLINI, RODRIGUES, GALDURÓZ, 2005; ZUARDI; CRIPPA; GUIMARÃES, 2008; LARANJEIRA; JUNGEMAN; DUNN, 1998; RIBEIRO, 2003). Os maiores dissensos entre médicos e cientistas dizem respeito aos efeitos do uso crônico da maconha, culminando a relação de dependência ao psicoativo. No entanto, muitos experimentos que indicam implicações adversas desse uso não foram concluídos. E muitos dos que já foram finalizados são contestados por várias autoridades médicas, devido à interpretação subjetiva dos dados aplicados por seus pesquisadores (ZUARDI; CRIPPA; GUIMARÃES; 2008; CARLINI, RODRIGUES, GALDURÓZ, 2005).

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

Odontologia de Araraquara (FOAr), estudamos o grupo do DA da Faculdade de Odontologia de Araraquara (DAFOA). Na Faculdade de Ciências e Letras (FCL), abordamos os grupos de CAS dos seguintes cursos: Ciências Sociais, no CA "Florestan Fernandes" (CAFF), Ciências Econômicas no CA "Celso Furtado" (CACEF), Letras no CA "Paulo Leminski" (CACEL), e Administração Pública no CA "IX de Setembro" (CAAP).⁷

Desde os primórdios das universidades, ingressar nessas entidades estudantis possibilitava aos grupos eleitos autonomia para a realização de atividades acadêmicas e culturais, no aprimoramento e complementação da formação crítica dos estudantes que representavam, além de levantar as mais variadas reivindicações junto ao corpo estudantil. Constituiu-se historicamente, uma referência dominante de CAs e DAs, marcada pela representatividade e organização do movimento estudantil, decorrente das práticas exercidas nesses espaços (PEDRO, 2009).

Dessa forma, a opção em estudar tais grupos decorreu da referência política e cultural que tais grupos representam nas universidades, mesmo frente às transformações históricas ocorridas. Nossa escolha nos possibilitou verificar em que medida as questões voltadas à maconha e à sua criminalização estão presentes nas práticas cotidianas dos grupos abordados.

A etnografia nos serviu como um de nossos principais recursos metodológicos, por nos permitir realizar a "observação participante", reconhecendo as crenças e valores que formam o conteúdo ideológico dos grupos (CARIA, 1999, p.6).

Utilizamos um roteiro de "entrevista semi-estruturada" como forma de compor nossos procedimentos metodológicos, uma vez que, para Gramsci (2006, p.93), a fala também se constitui enquanto manifestação da consciência dos indivíduos, compondo um conjunto de noções e valores que evidenciam sua concepção do mundo, construídas a partir das experiências compartilhadas por seu grupo de referência.

Neste artigo, daremos evidência aos aspectos presentes no roteiro de entrevista referentes às concepções que nossos sujeitos possuem sobre a maconha e as questões que se relacionam à sua ilicitude. Dentre elas, estiveram presentes questionamentos sobre a existência de risco em seu consumo, sobre os tipos de conhecimentos dos fatores que a criminalizaram e que ainda mantêm seu *status*, bem como questões envolvendo suas capacidades de projetarem uma possível legalização da planta. E o último ponto colocou-se como complemento aos aspectos anteriores, focando suas percepções sobre como a questão da prática ilegal do uso é tratada entre os sujeitos que compõem o circuito universitário e suas capacidades de projetarem alternativas de enfrentamento a esse contexto.

Sob essas abordagens, realizamos entrevistas "semi-estruturadas" com quatro jovens integrantes que se caracterizaram como interlocutores

⁷ Apenas o grupo do CA "Maurício Tragtemberg", do curso de Pedagogia, não pôde ser incluído em nosso estudo devido à sua dissolução, três meses após sua posse.

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

legítimos de seus respectivos grupos devido à sua ampla participação e notoriedade nas atividades desenvolvidas durante a gestão, totalizando a transcrição e análises das falas de vinte e oito jovens.

Veremos que a consciência dos grupos e, conseqüentemente, suas intervenções ao uso ilegal da maconha, decorrem da interlocução de suas experiências dentro e fora do circuito universitário, com as concepções que possuem sobre o papel do próprio CA ou DA, com concepções dominantes sobre a questão e, por fim, com as mediações simbólicas que possibilitam a formação das subjetividades em nosso momento histórico.

Os grupos e suas configurações

A etnografia realizada com os sete grupos abordados em nossa pesquisa revelou similaridades entre a maioria deles no que concerne à sua organização, experiências e atuações enquanto Centros e Diretórios Acadêmicos.

No DAFOA, abordamos o grupo denominado "Atitude", inicialmente composto por vinte e seis estudantes dos distintos anos de graduação. O grupo teve como principal objetivo o aumento das atividades esportivas na universidade e a maior integração entre os estudantes do curso de Odontologia.

No DAWs, encontramos o grupo "DIVULGADAWs", formado por doze estudantes pertencentes aos variados anos de graduação, trazendo como proposta a maior realização de atividades esportivas, culturais e representativas.

O grupo "Covalente", do CACIF, foi composto por trinta e dois estudantes, sendo vinte e oito membros oficiais e quatro membros voluntários. O reconhecimento dos valores que orientaram a forma como entendiam sua existência foi facilmente notado já no nome e símbolo escolhidos para a gestão: a "ligação covalente". Para o grupo, essa escolha simbolizou a partilha de experiências, responsabilidades e conhecimento, incorporados como a base para a realização de seus objetivos.

No CAAP, o grupo denominado "Todos" foi composto por dezenove estudantes, que trouxeram como referência os valores de "união e integração" na orientação de suas práticas cotidianas.

Composto por nove estudantes do segundo ano de graduação o grupo "Macroponto", do CACEF, foi eleito sob a proposta de "realizar plenamente as funções básicas do CA", órgão caracterizado por eles pela função de representação dos estudantes e pela execução de atividades que visassem o bem coletivo.

O grupo do CACEL fora formado por treze estudantes do curso de Letras, que optaram pelo termo "Ágora" para denominá-los. Tal opção indicou a incorporação de uma concepção que indica o CA como um espaço político-cultural e democrático. Seus integrantes definiram ser a mobilização estudantil o princípio primordial na orientação de suas ações

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

para conquistas de direitos. Elegeram-se com a proposta de levar aos estudantes discussões referentes aos problemas mais amplos encontrados na Universidade⁸.

Formado inicialmente por nove integrantes, o grupo "Parangolé", do CAFF, diferenciou-se em demasia dos demais grupos por questionar a referência dominante de CA, solidificada a partir dos movimentos estudantis da década de 1960, caracterizados, sobretudo, como órgão de representatividade e organizador do movimento estudantil.

O grupo concebeu o "fazer política" ou agir de modo a alcançar ideais como uma condição que está implícita em todas as ações de cada indivíduo, sendo cada um igualmente responsável pela construção, ou não, da sociedade que almeja. A incorporação dessa concepção de política em suas práticas cotidianas simbolizou a escolha do nome do grupo de "Parangolé"⁹, símbolo enfatizado pelo grupo como orientador de suas proposições e, posteriormente, de suas atuações.

Com exceção do grupo "Parangolé", todos os demais organizaram sua hierarquia dividindo-se em diretorias conforme a temática com que mais se identificavam. Entretanto, as práticas cotidianas de todos eles, sem exceção, eram organizadas de forma com que todos pudessem transitar entre as funções e tivessem direitos iguais de opinar nas decisões e discussões efetuadas durante suas reuniões.

Em maior ou menor proporção as atuações dos grupos referiam-se a práticas e discussões mais imediatas, como a venda de objetos de cada uma das entidades, a realização de atividades acadêmicas e festivas mais tradicionais referentes a cada curso. Iniciaram discussões e reivindicações como a questão da reestruturação curricular de seus respectivos cursos, as eleições para Reitor e Diretores, dentre outras, revelando uma abordagem demasiadamente voltada às questões de seus interesses apenas enquanto categoria estudantil.

As discussões relacionadas ao uso de psicoativos foram abordadas junto aos estudantes de forma autônoma apenas pelos grupos "Covalente" e "Parangolé", através das atividades acadêmicas por eles promovidas.

Os relatos do grupo do CACIF demonstraram que a divulgação, por alguns meios de comunicação, da realização da "Marcha da Maconha" serviu como uma relevante mediação na proposição do então presidente

⁸ Citaram a precarização da permanência estudantil, do ensino, a reestruturação curricular, entre outros temas que, há tempo, estão presentes dentre as pautas de vários movimentos estudantis no País.

⁹ Criado na década de 1960, por Hélio Oiticica, o "Parangolé" é uma espécie de capa, bandeira ou estandarte, feito com panos coloridos, podendo conter palavras ou imagens diversificadas, que revelam suas cores, brilhos e conteúdos de maneiras distintas, conforme o movimento do participante que a veste ou a carrega. Reconhecida internacionalmente como referência do experimentalismo e denominada por seu criador de "antiarte por excelência", o Parangolé se completa enquanto obra somente quando o participante o veste, fazendo com que a estrutura dependa da ação. No Parangolé, o vestir contrapõe-se ao assistir, fazendo com que o indivíduo deixe de ser expectador para tornar-se experimentador e participante ativo na atividade criadora, libertando-se do cotidiano condicionado (CAVALCANTI, 2005).

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

do CACIF, em abordar uma temática marginalizada entre os profissionais e estudantes de sua área: a legalização das drogas.

Assim, as questões relacionadas ao uso de substâncias ilegais foram abordadas em junho de 2007, em uma palestra na "Semana Acadêmica de Farmácia", voltada à temática de Saúde Pública. Segundo alguns membros do CACIF, a principal intenção do grupo foi proporcionar aos estudantes o debate sobre os aspectos que classificam as substâncias como legais ou ilegais e as consequências de seu uso exacerbado, atentando ainda, sobre a convivência de muitos profissionais da área da Saúde à indução do consumo excessivo de medicamentos a seus pacientes. Frente à dificuldade em encontrar especialistas para debater o assunto, a explanação ocorreu no formato de uma palestra, de âmbito antropológico, reiterando o uso milenar de psicoativos e as mudanças do padrão de consumo, decorrentes das transformações sociais ocorridas durante o processo histórico.

Entretanto, a iniciativa do grupo em inserir o assunto sobre o uso de psicoativos ilícitos em uma das palestras na "Semana Acadêmica" não refletiu na continuidade das discussões ou de outras atividades atreladas, até o momento da finalização de nosso trabalho de campo.

Algumas questões relacionadas ao uso de psicoativos, assim com ao status ilícito de alguns deles foram trazidos aos demais estudantes em duas atividades desenvolvidas pelo grupo "Parangolé", do CAFF.

No primeiro momento foi no "Fórum de Contra-Poder", com a realização de palestras e sessões de vídeo-debate abrangendo diversos temas do cotidiano extramuros da Universidade. O objetivo do Fórum fora colocado pelo grupo como tentativa de abordagens que não são comuns às discussões acadêmicas, mesmo estando, de alguma forma, inseridas no cotidiano estudantil. Em uma de suas edições o Fórum voltou-se à temática da violência e exibiu o documentário "Notícias de uma Guerra Particular", esse, em especial, retratando o processo de estruturação da guerra sem fim ou tráfico de drogas envolvendo policiais, traficantes e moradores de favelas do Rio de Janeiro. O uso de drogas entre universitários, aludindo ao pacto de silêncio e convivência com a ilegalidade presente na Universidade, fora relatada pelo grupo como relevante mediação na escolha do documentário.

Essa iniciativa indicou a tentativa do grupo em possibilitar reflexões aos demais estudantes acerca dos fatores que estão envolvidos à manutenção da guerra ao tráfico de drogas, dentre eles, a responsabilidade acadêmica/estudantil frente à questão, já que a ela está diretamente atrelada devido ao hábito do consumo no circuito acadêmico.

Em um segundo momento, durante a "Semana de Ciências Sociais", as reflexões sobre as experiências obtidas com o uso de diferentes psicoativos foram abordadas na palestra "Usos de Tarde, usos de drogas, ou medidas contra o Suicídio" pelo Prof. Dr. Eduardo Vianna Vargas, da UFMG.

Verificamos assim, que o maior ou menor distanciamento da concepção dominante de CA ou DA não inviabilizou as atuações de nossos sujeitos como meio de interferência nas questões que tomaram como

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

relevantes em seu cotidiano. Dessa forma, suas compreensões sobre seu papel na universidade revelaram que a necessidade de sua existência colocou-se como fator prioritário às tentativas de atuação nesses contextos.

As compreensões sobre a maconha e sua criminalização

Ao tomarmos as referências conceituais, anteriormente indicadas como base de nosso estudo, verificamos que a consciência dos grupos de CAs e DAS sobre a maconha e seu status ilegal se mostrou de forma descontínua e fragmentada, decorrente do confronto das experiências concretas que vivenciam cotidianamente, – com as concepções dominantes sobre a temática.

Nos relatos sobre os conhecimentos que possuíam a respeito da maconha, as concepções relacionadas aos seus aspectos farmacológicos foram as primeiras, e em muitos casos, as únicas a emergirem na consciência da maioria dos entrevistados. A maconha fora classificada, por pelo menos um integrante de todos os grupos, como substância alucinógena, tendo o THC como seu componente principal.

Quando questionados sobre os riscos relacionados ao seu uso, os efeitos do consumo causados no organismo apareceram como aspecto unânime, novamente evidenciando suas associações demasiadamente apenas à saúde individual. A “perda da memória” destacou-se como consequência marcante na consciência desses jovens, seguida da lentidão de raciocínio e reflexos, vermelhidão nos olhos, boca-seca, fome, assim como sensações de bem-estar, como relaxamento e risos, e o estímulo dos sentidos.

Alguns efeitos neurológicos considerados danosos - com destaque para a perda da memória e a dependência - emergiram de forma imanente nas manifestações abordadas. Entretanto, sua veracidade foi relatada de forma diferenciada entre alguns grupos.

O grupo “Atitude”, do DAFOA, voltou-se às afirmativas de aspectos danosos dos efeitos da maconha, associando qualquer tipo de uso, fosse eventual ou crônico, como determinante para a dependência. Os mesmos integrantes associaram o consumo da planta à decadência da condição psíquica e social de seus usuários, indicando uma forte incorporação da concepção dominante sobre a planta.

Semelhante ao grupo “Parangolé”, do CAFF, os jovens do “Ágora”, do CACEL, focaram os efeitos do uso da maconha no organismo, porém desconstruíram concepções que consideram danosos qualquer tipo de uso da substância. Indicaram que alguns argumentos depreciativos sobre a planta, como considerá-la “porta de entrada” a psicoativos mais danosos à saúde, com forte indução à dependência, bem como tratar seus usuários como incapazes e marginais, disseminam compreensões distorcidas e legitimam sua criminalização frente à sociedade.

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

Para a maioria dos grupos, as dúvidas quanto aos efeitos causados pelo uso da maconha decorrem de generalizações e distorções dos danos relacionados aos diferentes usos – eventual ou crônico - da maconha. Consideraram tais generalizações obstáculos que dificultam a obtenção de informações idôneas, esclarecendo as especificidades - como quantidade, frequência, estado emocional e ambiente – que acreditam estar envolvidas na ocorrência de efeitos diversos advindas de seu uso.

Com exceção dos integrantes do DAFOA, apesar dos grupos relatarem dúvidas sobre alguns efeitos neurológicos do uso da substância, compararam seus riscos e danos aos do uso de substâncias legalizadas, como o álcool, tabaco e alimentos industrializados, amplamente consumidos. Para esses jovens qualquer substância pode se tornar danosa ao indivíduo se consumida em excesso, evidenciando uma compreensão em que os danos no organismo decorrem do tipo de relação estabelecida com aquilo que se consome.

Alinhado ao horizonte gramsciano, que considera a formação das subjetividades decorrentes das experiências, Edward Thompson (1981, p.16) toma a função social da cultura, dos costumes e das experiências como mediações primordiais na formação da consciência. Para o autor, as experiências possibilitam aos indivíduos vivenciar situações, por vezes antagônicas, tratando-as de maneira diversificada.

Dessa forma, para a maior parte dos jovens, antes do ingresso na universidade, sua consciência sobre a maconha e sobre seus usuários era mais próxima da crença na periculosidade de seus efeitos e na estigmatização de seus usuários como marginais, incapacitados ou subversores.

A condição de universitário, indicada por uma maior liberdade de conduta pelo fato de morar longe da família e pela integração a novos grupos, foi exposta como elemento que possibilitou experiências concretas na construção de novas referências sobre a maconha e seus usuários. A desconstrução do usuário como indivíduo marginalizado, bem como a possibilidade de controle dos danos, decorrente do tipo de relação estabelecida com a substância emergiram como principais evidências desse processo.

Referente aos conhecimentos dos motivos que levaram e que mantêm a proibição do uso da maconha as manifestações de nossos sujeitos novamente emergiram de forma fragmentada, se alinhando em maior ou menor proporção às concepções dominantes.

Para o grupo do DAFOA, a criminalização da planta ocorreu associando os efeitos de seu consumo a condutas de violência, bem como meio de prevenir a perda da capacidade exigida na manutenção de processos produtivos. Distintos dos demais grupos, o DAFOA expôs a criminalização da *cannabis* como necessária, revelando representações de forte estigmatização de seus usuários, mesmo mencionando discernimento sobre tais generalizações.

Nos demais grupos, o reconhecimento sobre os motivos da criminalização da maconha pelo Estado brasileiro emergiu sob suposições voltadas à eliminação de riscos à saúde, seguida da incorporação de

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

valores morais que repudiam seu uso devido à ameaça à ordem social e produtiva.

Para todos os grupos, a ilegalidade como forma de conter o uso da *cannabis* foi vista como instrumento ilegítimo devido ao reconhecimento de um amplo quadro de seu consumo na atualidade.

O fácil acesso aos circuitos de comercialização da maconha foi mencionado como um dos principais fatores que inviabiliza a criminalização por integrantes do CACEF, do DAWS e do CACIF. Já para alguns integrantes do DAFOA, do CAAP e do CAFF a lei proibicionista representa um instrumento que contém, minimamente, a procura e o uso explícito da maconha, mas pouco determina sua rejeição.

Mesmo tendo afirmado, que a criminalização da substância pouco incide sobre a inibição do consumo, parte dos integrantes dos grupos pesquisados reiterou uma ausência de posicionamento sobre a manutenção de seu *status* na legislação.

Para os integrantes do DAFOA, a descriminalização é vista como negativa, devido à projeção das possibilidades do aumento da quantidade de consumo e do número de usuários, bem como à impossibilidade do Estado controlar seu consumo caso se torne uma mercadoria legal.

Da mesma forma alguns integrantes do DAWS, CAAP e CACIF indicaram dúvidas quanto a um posicionamento frente à questão, devido à possibilidade de agravamento dos riscos à saúde dos usuários, com a introdução da substância no mercado legal.

Ao considerarem o possível aumento do consumo e do número de usuários como aspectos decisivos na indecisão sobre o apoio à legalização da planta, esses integrantes conceberam os indivíduos como incapazes de possuírem uma conduta de consumo socialmente aceitável.

Percebe-se que tal consciência se apresenta como senso comum, decorrente de experiências cotidianas que indicam a forte incorporação de uma cultura de consumo referente a psicoativos legais, principalmente do álcool e do cigarro. Nesse sentido, a dúvida ou rejeição desses estudantes referentes à legalização evidencia o forte reconhecimento de uma ausência da interferência do Estado na inibição ao estímulo do consumo, impulsionado pelas indústrias publicitárias, assim como na fiscalização à venda de bebidas alcoólica a menores de idade.

A consciência prática da maioria dos demais entrevistados que evidenciaram dúvidas, mas penderam ao apoio à legalização, assim como daqueles que a apoiaram explicitamente, emergiu trazendo elementos políticos e econômicos variados, concebidos como fatores preponderantes à falta da legitimidade da proibição da substância no contexto contemporâneo.

Os grupos CACEF, CAFF e CACEL, tendenciosos à legalização revelaram que os riscos de um aumento do consumo deixam de se tornar preocupação central à medida que a diminuição da violência, nas esferas relacionadas ao tráfico, passa a ser projetada.

A projeção da falta de fiscalização das autoridades, caso a implantação de políticas semelhantes ocorresse no Brasil, não fora concebida como preocupação entre alguns estudantes devido às

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

possibilidades do não-estabelecimento de uma relação de uso compulsivo, dos usuários com a substância.

As manifestações apresentadas revelaram que as consciências sobre possíveis mudanças no *status* da se embasaram no dimensionamento dos riscos à saúde, projetando os danos em uma escala tolerável, como acontece com o álcool e o tabaco.

Essa constatação é corroborada quando a maioria dos estudantes indica posicionamento contrário à legalização de outras substâncias que julgaram ser mais propensas a provocar dependência ao organismo, como a cocaína e o crack.

O uso compulsivo de substâncias consideradas mais danosas ao organismo e as suas consequências à saúde individual não se estabeleceram como o foco da questão para um integrante do CAFF e um do CACEL.

As reflexões desses estudantes, advindas das relações estabelecidas entre as experiências pessoais e da aproximação com seus conhecimentos históricos, reconheceram o próprio Estado, tanto como dispositivo que induz o consumo exacerbado quanto que mantém a política de proibição, sendo ativado conforme os interesses políticos e econômicos dos grupos a quem ele serve.

Ambos os estudantes revelaram o uso compulsivo como fator que não decorre propriamente das características farmacológicas da substância, mas se inicia num processo anterior, figurado por um mal-estar generalizado, originário do estilo de vida imposto pelos grupos dominantes da sociedade contemporânea.

O psiquiatra Joel Birman (2006, p.175) indica que as sensações de insatisfações e angústias em nosso momento histórico, termo por ele denominado de "mal-estar contemporâneo", evidenciam-se através dos sentimentos, do corpo e da ação, podendo emergir como depressões, síndromes do pânico e as compulsões, dentre elas o uso exacerbado de psicoativos ilícitos e lícitos.

Segundo Birman (2006, p.189-190), a impossibilidade da ação, como símbolo do "mal-estar", além de se desdobrar em compulsão, revela a formação de uma subjetividade individualista, que rejeita a interlocução com o outro. Enfatiza que à medida que as relações de alteridade se enfraquecem, as sensações de "mal-estar" deixam de se caracterizar enquanto sofrimento e tornam-se dor. Formam-se subjetividades pautadas em soluções individuais para problemas sociais.

Nessa perspectiva, o autor retrata que o alívio momentâneo das angústias e frustrações, decorrente do uso compulsivo de psicoativos ilícitos e fármacos, demarca a ausência de subjetividades de alteridade. Revela, assim, um processo mediado pela "miséria simbólica" que o pragmatismo e a crise de valores da sociedade de consumo disseminam na contemporaneidade.

Dessa forma, a consciência de um dos integrantes do CAFF e um do CACEL sobre os fatores relacionados às possibilidades do desenvolvimento de dependência, mesmo que emergindo de forma fragmentada, indicou a

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

cultura como um papel central no direcionamento da prática do uso de psicoativos.

A maioria dos estudantes reconheceu uma total ausência de condições simbólicas e materiais, consideradas por eles necessárias, para que a legalização ocorresse de forma legítima e segura à sociedade contemporânea.

No geral, os relatos dos grupos apontaram para a ausência de referências sócio-educativas voltadas a orientações científicas desprovidas de valores morais sobre os efeitos causados pelo uso de psicoativos. Em seguida relataram a falta de seriedade na criação de leis e de sua fiscalização, bem como a não garantia de direitos civis, como trabalho, saúde e educação. Essas colocações indicaram a forte presença da insegurança urbana, vivenciada cotidianamente pela sociedade.¹⁰

Dessa forma, sugeriram a criação de programas de conscientização, fiscalização efetiva de leis de controle sobre produção, comercialização e consumo e a criação de estruturas de saúde, voltadas ao atendimento de usuários. Essas medidas foram citadas por alguns jovens como necessárias para se conquistar maior segurança urbana frente à mudança do *status* da planta.

As compreensões dos grupos sobre seu papel frente ao uso ilegal da maconha

Todos os grupos de CAs e DAs mencionaram a presença e tolerância do consumo de maconha na universidade. Em geral, sua aceitação e incorporação como prática natural foi reconhecida como fator que distingue sua abordagem pela comunidade acadêmica em relação àquela realizada fora do âmbito universitário, em que as concepções alarmantes e negativas sobre a planta prevalecem.

Segundo os grupos, o consumo da maconha no circuito universitário ocorre de duas formas. A primeira refere-se a ocasiões específicas, como festas, reuniões de repúblicas, conversas entre amigos, dentre outros. A segunda volta-se à esfera habitual, onde o uso é indicado de forma semelhante ao consumo do cigarro, dada sua trivialidade e frequência.

Os relatos de todos os entrevistados evidenciaram que o uso da planta pelos estudantes dos cursos de Ciências Farmacêuticas, Química e Odontologia ocorre em proporções menores em relação ao uso de estudantes na FCL.

Todos os entrevistados anunciaram a presença do uso de psicoativos diversos, lícitos e ilícitos, no circuito universitário, com extraordinário destaque ao consumo exacerbado de álcool pela maioria dos estudantes de todos os cursos. Atentaram ser o uso compulsivo desse psicoativo a

¹⁰ Sobre essa questão ver Pedro (2009, p.186).

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

única prática que visivelmente atrapalha o cotidiano dos usuários universitários.

Para a maioria dos membros do DAFOA, DAWS e CACIF a ausência de intervenção dos funcionários e grupos presentes na universidade em questões relacionadas ao uso ilícito de substâncias justificou-se principalmente pela ausência de problemas com seus usos no circuito acadêmico. Consideraram dispensável a necessidade de abordagem junto aos demais estudantes.

Em um primeiro momento, nos grupos da FCL essa ausência apareceu relacionada principalmente à desconstrução de algumas concepções dominantes sobre os danos à saúde causados pela planta e sobre os estigmas de seus usuários, permitindo a incorporação de seu uso como prática ausente de riscos que consideraram relevantes. Depois os motivos emergiram sob relatos de membros do CACEL e do CAFF como peculiaridade de classe, retratando o tratamento diferenciado que a classe média e elite recebem em relação à aplicação dessas leis proibicionistas.

Ao ampliar essas reflexões, apenas um estudante do CACEF manifestou ser a ausência de intervenção a esse consumo no circuito universitário decorrente de uma concepção que associa tal prática estritamente a uma questão de escolha individual, por situar-se somente no âmbito dos riscos à saúde.

Segundo as projeções de alguns estudantes, somente mediações drásticas de intervenção contra o uso na FCL seriam capazes de impulsionar discussões ou questionamentos por parte dos jovens na universidade a respeito da manutenção do *status* ilícito.

Percebemos que a intervenção ao enfrentamento da ilegalidade do uso da maconha foi projetada somente quando o beneficiamento individual do uso pode ser arriscado pela repressão. Dessa forma, reconhecemos uma ausência, quase total do desenvolvimento de discussões e projetos envolvendo o uso ilegal da planta ou de outro psicoativo, também, durante suas gestões.

As projeções sobre os resultados decorrentes de possíveis enfrentamentos à temática, como a realização de palestras e discussões mais amplas juntos aos demais estudantes, emergiram de forma negativa entre a maioria dos grupos. Reclamaram tais projeções devido aos riscos de sofrerem preconceitos, perseguições administrativas, de reproduzirem concepções dominantes pelo desconhecimento transdisciplinar que envolve o tema, e sobretudo, pelo risco de se depararem, novamente, com ausência de mobilização dos estudantes, como o ocorrido na realização de outras atividades de interesse direto dos mesmos.

Carmem Leccardi (2005, p.43) elucida que no cenário da modernidade, há cada vez menos espaço para dimensões como segurança, controle, certeza, indicando o futuro indeterminado, governado por riscos descaracterizados de sua probabilidade em alcançar os resultados desejados. Para a autora esse sentimento difuso de alarme e impotência comprime o horizonte temporal presente e limita projeções futuras, impossibilitando a articulação entre experiências e expectativas, restringindo o espaço da escolha e da elaboração reflexiva da ação.

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

Posteriormente, a afirmação dos grupos do DAFOA, DAWS, CAAP e CACEF sobre a pertinência de realizarem atividades voltadas aos fatores envolvidos no uso de psicoativos ilícitos, dentre eles a maconha, emergiu, revelando contradições ao cogitarem os riscos dessa realização devido às condições políticas e culturais com as quais se confrontam cotidianamente.

Deparamo-nos com um contexto em que ausência de discussões voltadas ao uso de psicoativos entre esses grupos, revelou subjetividades caracterizadas pelo dinamismo e capacidade de adaptação às condições confrontadas relacionadas à temática.

As manifestações dos grupos do CACEL, do CACIF e do CAFF emergiram sob a atenção de que ações propositivas, associadas ao uso de psicoativos, legais ou ilegais, não se coloca como função específica do órgão estudantil, mas pode ser incorporada à medida que seus integrantes a concebiam como necessárias e relevantes.

Nessa perspectiva, vimos que apenas os grupos do CACIF e do CAFF consideraram a discussão sobre os fatores associados ao uso de psicoativos ilegais como pauta pertinente a ser levantada por relacionar-se diretamente a suas propostas de gestão, como mencionado anteriormente nesse artigo.

As atividades desenvolvidas por ambos os grupos, indicaram que a ideologia, responsável no direcionamento de suas ações cotidianas, se constituiu como fator incisivo na propulsão desse processo de incorporação de temáticas relacionadas ao uso da maconha ou outro psicoativo, destoando daquelas tradicionalmente realizadas pelos órgãos estudantis.

Considerações Finais

Dadas as peculiaridades ideológicas e de configuração de cada grupo, em nosso estudo, verificamos que as entidades estudantis colocaram-se enquanto referência a cada um de seus membros em relação ao que identificavam como função do órgão, focando seus debates e atuações em assuntos tradicionais e imediatos.

Entretanto, as manifestações a respeito das discussões que perpassam o *status* da maconha evidenciaram, sobretudo, a consciência de jovens que falam enquanto indivíduos categóricos, colocando sua condição de integrante de CA ou DA a par das próprias críticas sobre como os sujeitos lidam com a questão.

A fragmentação das consciências dos grupos sobre as dinâmicas envolvidas à ilegalidade da planta e de seus papéis no envolvimento da questão decorreu de um complexo emaranhado de experiências permeadas pela ausência de mediações simbólicas na formação crítica de suas subjetividades, transformando-as em impotência.

Esse processo impede a compreensão de que as conseqüências geradas pela venda e uso ilegal da maconha situam-se na esfera da

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

responsabilidade coletiva, impedindo a emergência de projetos de enfrentamentos da hegemonia das políticas proibicionistas que colocam a substância em si como o problema central a ser extinto.

Atentamos, porém, que apesar de nenhum dos grupos ter incorporado politicamente a discussão durante suas gestões, as intervenções do CACIF e do CAFF, promovidas através de palestras de âmbito antropológico e sociológico, sinalizaram peculiaridades relevantes nesse contexto.

A primeira consideração refere-se à inserção de uma temática, raramente ocorrida em grupos que historicamente se constituíram enquanto referência política e cultural na universidade, mesmo frente à forte tolerância do uso entre jovens universitários desde meados da década de 1960, no País.

A segunda diz respeito à disseminação de discussões sobre o uso de substâncias lícitas e ilícitas que tentam romper com as concepções dominantes que a tratam somente a partir da esfera dos danos à saúde.

E por último, suas tentativas de intervenções junto à comunidade acadêmica revelaram iniciativas de desconstrução da própria concepção dominante que vincula grupos juvenis à condição de indivíduos alienados, doentes ou subversivos, devido à incorporação do uso de psicoativos ilícitos.

Dessa foram, esse trabalho demonstrou que as intervenções realizadas pelos integrantes do CACIF e do CAFF, mesmo que pontuais, revelaram subjetividades minimamente amparadas na capacidade de produzirem projeções futuras positivas ao enfrentamento da questão. Indicou, sobretudo, novos caminhos no reconhecimento de potencialidade capazes de impulsionar transformações em sua existência.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARIA, T. A reflexividade e a objetivação do olhar sociológico na investigação etnográfica. **Revista crítica de ciências sociais**, n.55, p.5-36, nov. 1999.

CARLINI, E.; RODRIGUES, E.; GALDURÓZ, J. C. F. (Org.). **Cannabis Sativa L. e substâncias canabinóides em medicina**. São Paulo: CEBRID, 2005. Disponível em: <[http://www.ipub.ufrj.br/documentos/JBP_55_4_\(314-317\).pdf](http://www.ipub.ufrj.br/documentos/JBP_55_4_(314-317).pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2009.

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

CARNEIRO, H. **Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas**: histórias e curiosidades sobre as mais variadas drogas e bebidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CAVALCANTI, J. D. Parangolé: anti-obra de Hélio Oiticica. **Revista Eletrônica do curso de artes visuais da FIG**: Cadernos de arte e cultura, n.0, sábado 29 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.fig.br/edart/0/jardel.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2009.

ESCOHOTADO, A. **Historia elemental de las drogas**. Barcelona: Compactos Anagrama, 1996.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 4.ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v.1.

_____. Às margens da história: história dos grupos subalternos. In: _____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5. p.129-145.

LARANJEIRA, R.; JUNGERMAN, F.; DUNN, J. G. **Drogas**: maconha, cocaína e crack. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

LECARDI, C. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Revista tempo social**, São Paulo, v.17, n.2, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200003&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 24 maio 2008.

PEDRO, A. **A consciência de grupos de Centros e Diretórios Acadêmicos da UNESP/Araraquara sobre o status ilegal da maconha**. 232 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

RIBEIRO, M. Maconha: abuso e dependência. In: LARANJEIRA, R. et al. (Org.). **Usuário de substâncias psicoativas**: abordagem, diagnóstico e tratamento. São Paulo: CREMESP/Associação de Medicina Brasileira, 2003. p.107-114.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Artigo - Os grupos de centros e diretórios acadêmicos da UNESP/Araraquara frente ao uso da maconha

ZUARDI, A. W.; CRIPPA, J. A.; GUIMARAES, F. S. (Org.). **Cannabis e saúde mental**: uma revisão sobre drogas de abuso e medicamentos. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2008.